

Área: Estratégia | **Tema:** Gestão Estratégica no Setor e Serviços Públicos

**A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA DEFESA CIVIL E AÇÕES
ESTRATÉGICAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS**

**THE IMPORTANCE OF THE ORGANIZATIONAL STRUCTURE OF CIVIL DEFENSE AND
STRATEGIC ACTIONS TO RESPOND TO OCCURRENCES**

Pablo Denian Bock De Oliveira, Laíne Freitas Do Nascimento, Sirlei Glasenapp e Isabela Marques Kumer

RESUMO

Durante a Revolução industrial os recursos naturais eram vistos como fonte inesgotável na geração de renda, e com isso, os problemas ambientais eram tratados de maneira superficial até meados de 1950. No entanto, a partir da década de 1960, gradativamente começou-se a observar que o crescimento econômico gerava problemas ambientais e sociais alarmantes, como aquecimento global, desastres ecológicos, má distribuição de riquezas e miserabilidade social, dando início à uma discussão aprofundada sobre o ideal de desenvolvimento praticado (OLIVEIRA, 2019).

Palavras-Chave: Defesa Civil Municipal; Estratégia;

ABSTRACT

Este artigo tem como objetivo analisar ambientalmente uma Defesa Civil Municipal e apresentar meios de participação da mesma frente a questões de sustentabilidade em todos os âmbitos, pautando-se na aplicação de técnicas estratégicas da Administração. Visa-se otimizar a área da gestão pública, voltadas diretamente para o interesse coletivo da população de acordo com suas necessidades/demandas, através de uma análise estratégica, objetivando a participação direta e ativa da Defesa Civil no caminho do desenvolvimento sustentável.

Keywords: Municipal Civil Defense; Strategy;

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA DEFESA CIVIL E AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS.

As Defesas Civas Municipais são órgãos que atuam frente a Gestão de Riscos e Desastres e que trabalham em torno da prevenção e mitigação de possíveis ocorrências, bem como também, no gerenciamento de desastres, sendo atuante direta nas ações de resposta e recuperação para o restabelecimento do cenário de normalidade social e necessita estar sempre preparada para agir de forma eficiente. Este artigo tem como objetivo analisar estrategicamente uma Defesa Civil Municipal e apresentar meios de participação da mesma frente a questões de sustentabilidade em todos os âmbitos, pautando-se na aplicação de técnicas da Administração. Visa-se otimizar a área da gestão pública, voltadas diretamente para o interesse coletivo da população de acordo com suas necessidades/demandas, através de uma análise técnica, objetivando a participação direta e ativa da Defesa Civil no caminho do desenvolvimento sustentável. Além disso, é imprescindível destacar a importância do estudo para gestores públicos acerca do assunto, tendo em vista as legislações que norteiam os aspectos legais a serem desempenhados e utilizados de forma correta. Visto isso, o presente artigo traz indicações de ações, desafios e métodos de implementação de procedimentos que visam a sustentabilidade dentro de um órgão público.

Palavras-chave: Defesa Civil Municipal; Estratégia; Sustentabilidade; Cidades Sustentáveis; Gestão Pública;

THE IMPORTANCE OF THE ORGANIZATIONAL STRUCTURE OF CIVIL DEFENSE AND STRATEGIC ACTIONS TO RESPOND TO OCCURRENCES.

Municipal Civil Defenses are bodies that act in the field of Risk and Disaster Management and work around the prevention and mitigation of possible occurrences, as well as in disaster management, being directly involved in response and recovery actions for the reestablishment of the scenario of social normality and needs to always be prepared to act efficiently. This article aims to strategically analyze a Municipal Civil Defense and present ways of participating in issues of sustainability in all areas, based on the application of Administration techniques. The aim is to optimize the area of public management, aimed directly at the collective interest of the population according to their needs/demands, through a technical analysis, aiming at the direct and active participation of Civil Defense in the path of sustainable development. Furthermore, it is essential to highlight the importance of the study for public managers on the subject, taking into account the legislation that guides the legal aspects to be performed and used correctly. With this in mind, this article provides indications of actions, challenges and methods for implementing procedures aimed at sustainability within a public body

Keywords: Municipal Civil Defense; Strategy; Sustainability; Sustainable Cities; Public Management;

1. INTRODUÇÃO

Durante a Revolução industrial os recursos naturais eram vistos como fonte inesgotável na geração de renda, e com isso, os problemas ambientais eram tratados de maneira superficial até meados de 1950. No entanto, a partir da década de 1960, gradativamente começou-se a observar que o crescimento econômico gerava problemas ambientais e sociais alarmantes, como aquecimento global, desastres ecológicos, má distribuição de riquezas e miserabilidade social, dando início à uma discussão aprofundada sobre o ideal de desenvolvimento praticado (OLIVEIRA, 2019).

Segundo Phillip (2019), a sociedade atual sobrevive às custas de descasos ambientais, e a migração da zona originariamente rural para a zona urbana trouxe mudanças drásticas para o meio ambiente, pois grande parcela dos municípios brasileiros tiveram um crescimento o qual infraestrutura de serviços públicos e de saneamento básico não foi capaz de acompanhar. Diante disso, problemas com inundações, poluição, proliferação de doenças, gases do efeito estufa, má distribuição de terras e deslizamentos, estão diretamente ligados à precarização da qualidade de vida das populações que habitam os centros urbanos.

No âmbito organizacional e administrativo há uma forte influência do capitalismo tanto nas ações que efetuam, quanto nas que sofrem, as quais são impulsionadas pela globalização, onde a geração e acumulação do capital são predominantes e condicionam as diretrizes necessárias para a sobrevivência das organizações privadas (COSTA E FERREZIN, 2021). Na esfera pública, ainda que o lucro não denomine as diretrizes das organizações, setores como os de Defesa Civil são fortemente impactados pelas ações destas empresas, quando o lucro é visado sem responsabilidade social, ambiental e econômica. O que torna mais necessário que as estratégias destes setores sejam pautadas na sustentabilidade.

Originariamente, as primeiras ações dirigidas para a defesa da população foram realizadas nos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial. Assim, o primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra, que após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, instituiu a *CIVIL DEFENSE* (Defesa Civil), quando foram lançadas toneladas de bombas sobre as principais cidades e centros industriais ingleses, causando milhares de perdas de vida na população civil (Defesa Civil do Rio de Janeiro, 2010).

De acordo com a ONU (2023), no mundo encontra-se um aumento de 80% no número de pessoas afetadas diretamente por desastres nos últimos oito anos. Além disso, referente aos custos gerados, encontra-se uma média acima de trezentos bilhões em gastos públicos para recuperação dos impactos sofridos, somente entre o intervalo de 2015 e 2021.

Atingiu-se atualmente, um marco na história em que se deve moldar as ações no mundo inteiro com maior prudência e atenção às consequências ambientais, sob risco de causar danos irreversíveis ao ambiente do qual depende a vida e o bem-estar da população (PEREIRA, 2011). Dessa forma, é indispensável que os órgãos da gestão pública não abdicuem de trabalhar com a pauta da sustentabilidade por meio de seus agentes, sejam por meio de projetos administrativos ou operacionais. E com isso, buscou-se abordar o estudo de caso de uma Unidade Municipal de Defesa Civil do Rio Grande do Sul (RS) na Gestão de Desastres (GD), a fim de verificar como a sua atuação pode colaborar no desenvolvimento de cidades sustentáveis, considerando suas atribuições definidas em lei (12.608/12).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade

Segundo Dias (2015), quando se considera a sustentabilidade, as decisões atuais e como elas afetam o futuro em relação ao bem-estar, questões como saúde, economia e meio ambiente emergem e devem ser consideradas. O autor ainda ressalta que a sustentabilidade está diretamente relacionada ao atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de forma que deve ser analisada como um alvo em constante movimento, a fim de verificar o que foi feito e o que pode acontecer futuramente, envolvendo um planejamento de curto e longo prazo.

O pensamento e a conscientização sobre a finitude da natureza como forma de capital e dos perigos oriundos das agressões ao meio ambiente, são preocupações recentes. Ao final da década de 1990, devido a popularização do termo sustentabilidade, o conceito do *Triple Bottom Line* (TBL) ganhou grande repercussão por conta do olhar atento para a viabilidade dos negócios empresariais, visando o equilíbrio entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais. (LIMA, 2019).

De acordo com a abordagem de Elkington (2013), os princípios do *Triple Bottom Line* (TBL) enfatizam que as organizações não devem focalizar exclusivamente seus esforços no valor econômico que geram. Elas também devem direcionar sua atenção para o valor ambiental e social que criam. Desta forma, o TBL propõe que as organizações avaliem o seu desempenho também levando em consideração a sua responsabilidade social e ambiental (RSA). Os pilares que compõem o Tripé da Sustentabilidade são definidos conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Tripé da Sustentabilidade.

Econômico	O primeiro pilar do Triple Bottom Line (TBL) concentra-se na dimensão econômica, a qual já é inerente à maioria das organizações, pois é direcionada para o capital e o lucro. Esse pilar refere-se ao desempenho financeiro e à rentabilidade da organização, que é o aspecto tradicionalmente considerado como o único indicador de sucesso.
Ambiental	Em seguida, encontra-se o pilar ambiental, frequentemente considerado o mais crucial dentro dessa tríade, pois influencia a maioria das outras ações, incluindo as econômicas e sociais. Esse pilar foca na consciência e responsabilidade ambiental das organizações, incentivando a redução de impactos ambientais, a conservação de recursos naturais e a adoção de práticas sustentáveis
Social	O terceiro pilar, o social, é uma parte integral e fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentável verdadeiro e equilibrado. Esse pilar enfatiza a responsabilidade social da organização, abrangendo a forma como ela trata seus funcionários, interage com a comunidade, respeita os direitos humanos e promove impactos positivos em suas partes interessadas, como clientes e fornecedores.

Fonte: Elkington (2013).

No Brasil, a Lei Federal 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental, ressalta que esse aspecto é essencial e permanente na educação nacional, e deve-se manter presente em todos os níveis do processo educativo. Segundo o artigo 5º um dos objetivos fundamentais da educação ambiental, é o desenvolvimento de um pensamento completo do meio ambiente que considere suas múltiplas e complexas relações, que envolvem aspectos: ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Referente ao Poder Público, o artigo 3º estabelece o dever de “definir políticas públicas que incorporem a dimensão

ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

No âmbito da administração pública, os autores Silva, Yapa e Vesty (2020) apontam que a preservação da sustentabilidade ambiental é uma responsabilidade de grande magnitude para as entidades do setor público, as quais estão enfrentando crescentes pressões para reavaliar sua compreensão do conceito de sustentabilidade. Sendo necessário demonstrar um nível mais elevado de sustentabilidade, uma resposta mais eficaz às demandas e expectativas das partes interessadas, um compromisso público mais sólido e uma maior inclusão de consultas nos procedimentos de tomada de decisão (GARCÍA-SÁNCHEZ et al., 2013). Enfim, Figueira et al. (2018) evidencia que as entidades públicas exibem uma reduzida adesão às políticas e abordagens sustentáveis integradas, mesmo que se antecipem tendências favoráveis em relação às práticas de cunho social e econômico.

2.2 Organizações Públicas

Em relação às organizações públicas, são definidas como um projeto amplo de desenvolvimento que proporciona melhorias na gestão e das maneiras de realizar as tarefas, da informação gerencial, da capacitação de pessoas, desenvolvendo assim uma linha estratégica de posicionamentos (NASCIMENTO, 2020). Segundo Costin (2010) a administração pública pode ser definida como uma atividade sólida e imediata que o Estado constrói para assegurar interesses coletivos, e que a mesma pode ser dividida em dois aspectos distintos, de forma direta ou indireta, de acordo com a Constituição Brasileira. Sendo assim, “a administração direta inclui os serviços desempenhados pela estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios, no caso da administração federal” (COSTIN, 2010 p. 29).

Todavia, a autora aponta que a administração pública indireta ou descentralizada, inclui as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista e fundações públicas, que exercem atividades fins que lhes foram atribuídas. Além disso, Dutra (2019) ressalta que para compreender de fato o funcionamento das organizações públicas é necessário observar que o desenvolvimento está diretamente ligado à área de gestão de pessoas, uma vez que este desenvolvimento está relacionado com a capacidade que a organização possui em desenvolver pessoas e ser inversamente desenvolvidas pelas mesmas. O autor destaca que existem quatro eixos na carreira de pessoas atuantes em organizações públicas para caracterizar os processos desempenhados, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Eixos nas Organizações Públicas.

Gerencial	Setor que atua em torno de obter resultados, possuindo um olhar sistêmico da organização, além de ter plena autonomia para tomadas de decisões e liderar sua equipe de colaboradores.
Administrativo	Área na qual se tem responsabilidade por dar suporte às outras áreas existentes de tal organização, desenvolvendo, aprimorando e implementando processos internos e soluções corporativas, assegurando ao chefe superior informações concretas para as tomadas de decisões.
Técnico	Setor onde é realizado e apresentado soluções técnicas de acordo com a viabilidade de situações.
Comercial	Responsável pela construção e manutenção do relacionamento com a sociedade, evidenciando os serviços prestados, zelando pela qualidade no atendimento e desenvolvendo assim a organização como um todo.

Fonte: Adaptado de Dutra (2019).

Nascimento (2020) também ressalta a importância dos seis princípios da administração pública como código de conduta para o cumprimento das normas dentro do sistema constitucional, os quais sustentam todas as ações de administrações e servidores públicos, de acordo com o que se acredita como certo, correto e legal. Conforme apresenta o Quadro 3.

Quadro 3 - Princípios da Administração Pública.

Princípio da Legalidade	Trata-se da delimitação da administração pública, representando que as ações devem possuir embasamento legal, seguindo as legislações vigentes no país.
Princípio da Impessoalidade	Tem como objetivo principal fazer com que a gestão pública atue diretamente no que diz respeito ao interesse público, de forma que não seja realizado o favorecimento ou prejuízo de pessoas ou grupos, ou também, qualquer promoção pessoal ou benefício político atuando dentro de uma organização pública.
Princípio da Moralidade	Descrito como a forma crítica de como o agente público, como ser humano capacitado em atuar, deve, necessariamente, saber distinguir o “bem do mal”, o honesto do desonesto, sempre considerando os elementos éticos vivenciados de acordo com as situações vivenciadas.
Princípio da Publicidade	Considera dever à administração pública o fornecimento de informações como forma de transparência a todos os atos que são realizados.
Princípio da Eficiência	Não considera apenas a qualidade do serviço prestado pela gestão pública direta e indireta, mas também sobre os serviços que podem ser operacionalizados por terceiros, de acordo com a liberação dos serviços públicos.
Princípio da Continuidade	Refere-se ao prosseguimento ininterrupto do serviço público de diferentes gestores, não restringindo ações de antecessores por questões partidárias e pessoais.

Fonte: Adaptado Nascimento (2020).

Ademais, para Stein (2020), as políticas públicas são um conjunto de programas, atividades e ações desenvolvidas pelo Estado, que visam melhorias no atendimento à sociedade, e contam com a participação de setores públicos ou privados, com o objetivo de garantir direitos de cidadania ou melhorias sociais, seja global, ou para determinado grupo social, étnico, econômico ou cultural. Com isso, as mesmas visam provocar ações do estado, ou analisar as mesmas, e quando preciso, fomentar mudanças no curso dessas ações.

2.3 Defesa Civil

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, as primeiras ações dirigidas para a defesa da população foram realizadas nos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial. Assim, o primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra, que após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, instituiu a *CIVIL DEFENSE* (Defesa Civil), quando foram lançadas toneladas de bombas sobre as principais cidades e centros industriais ingleses, causando milhares de perdas de vida na população civil. Hoje, a Defesa Civil se organiza em sistemas abertos, com a participação dos governos locais e da população no desencadeamento das ações preventivas e de resposta aos desastres.

No Brasil, destaca-se a Defesa Civil de Santa Catarina, onde no início da década de setenta, após inúmeros casos recorrentes de enchentes, inundações e vendavais, o governo catarinense constatou por meio de estudos climatológicos, que o estado era assolado por desastres naturais e tratou de criar um órgão que pudesse prevenir ou minimizar os efeitos negativos (DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA, 2014).

Outra referência de Defesa Civil com uma estrutura organizacional bem definida é a do Rio Grande do Sul, oriunda de enchentes no Rio dos Sinos em 9 de julho de 1970, o que deixou ilhas imersas e fez com que os moradores se deslocassem para as casas de familiares, originando a primeira atuação de uma equipe de Defesa Civil Estadual. Além de problemas hidrológicos, o estado também sofre com a incidência de fortes estiagens durante o verão. (DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL, 2016).

As Defesas Cíveis Municipais são fundamentadas (quando regulamentadas) pela Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012, a qual institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Conforme o Quadro 4, referente às atribuições municipais, de acordo com o Art. 8° da Lei 12.608/2012, que compete aos Municípios.

Quadro 4 - Lei 12.608/12, Artigo 8°.

Inciso	Descrição
I	Executar a PNPDEC em âmbito local;
II	Coordenar as ações do SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
III	Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
IV	Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
V	Promover a fiscalização de áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
VI	Declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
VII	Vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
VIII	Organizar e administrar abrigos provisórios para a assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
IX	Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
X	Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
XI	Realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
XII	Promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
XIII	Proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XIV	Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de Proteção Civil no Município;
-----	--

Fonte: Presidência da República (2012).

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC também estabelece que as ações de Proteção e Defesa Civil são organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Esses elementos compõem o processo do funcionamento geral que caracteriza a prestação de seus serviços frente à população. Para seu melhor entendimento, visualiza-se no Quadro 5.

Quadro 5 - Ações de proteção e Defesa Civil.

Prevenção	Medidas e atividades prioritárias, anteriores à ocorrência de desastre, destinadas a evitar ou reduzir a instalação de novos riscos;
Mitigação	Medidas e atividades realizadas imediatamente a fim de reduzir ou evitar consequências do risco de desastres;
Preparação	Medidas e atividades, anteriores à ocorrência de desastre, destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes;
Resposta	Medidas emergências realizadas durante ou após o desastre que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais;
Recuperação	Medidas desenvolvidas após o desastre para retornar à situação de normalidade, que abrangem a reconstrução da infraestrutura danificada ou destruída, à reabilitação do meio ambiente e da economia, visando o bem-estar social;

Fonte: Presidência da República (2012).

Dessa forma, considerando as respectivas atribuições instituídas por lei, será desenvolvido no capítulo a seguir, a metodologia aplicada no desenvolvimento de uma estrutura organizacional para Defesas Civis Municipais, baseadas em análises práticas e teóricas que correspondem aos atendimentos considerados padrões em ações de prevenção e mitigação de desastres;

3. MÉTODO

Neste capítulo, é caracterizado a identificação do procedimento metodológico para a elaboração do presente artigo, fazendo com que sejam elencados a formação dos objetivos desde a sua abordagem, bem como os meios utilizados para a captação dos dados que fizeram parte do desenvolvimento e embasaram as percepções dos autores por meio de conceitos que direcionam a coerência dentre os processos efetuados.

Desta maneira, para determinar a finalidade, foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, que de acordo com Lincoln (2006), é determinante para uma abordagem interpretativa do mundo como um todo onde busca-se compreender os significados das coisas,

para analisar aspectos relacionados aos colaboradores e a sociedade. Desta forma, a abordagem qualitativa foi utilizada para mapear a gravidade dos desastres em relação à sua intensidade, evolução e origem, caracterizando a importância do serviço realizado por uma Defesa Civil, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Classificação de Desastre de acordo com a intensidade, evolução e origem.

	Classificação	Descrição
Intensidade	Nível I Média intensidade	Os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com recursos estaduais e federais.
	Nível II Grande intensidade	Os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais, e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda internacional.
Evolução	Súbitos ou de evolução aguda	Caracterizam-se pela velocidade com que o processo evolui e pela violência dos eventos adversos, podendo ocorrer de forma inesperada e surpreendente ou ter características cíclicas e sazonais.
	Graduais ou de evolução crônica	Caracterizam-se por evoluírem em etapas de agravamento progressivo.
Origem	Naturais	Causados por processos ou fenômenos naturais.
	Tecnológicos	Originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas.

Fonte: Brasil (2012) e CEPED/RS (2015).

Realizou-se também uma pesquisa sobre o índice de ocorrências atendidas por uma Defesa Civil Municipal, que possui uma variada disposição de serviços prestados junto à população, e que realiza diariamente o atendimento à diversos casos de situações de risco (palavra-chave para a compreensão de suas atribuições), as quais podem ser visualizadas no Quadro 6, que apresenta uma breve descrição da atuação.

Quadro 6 - Principais situações de atendimento da Defesa Civil.

Situação	Descrição
Área de risco	São as áreas que possuem distância menor de 15 metros entre sangas, trilhos de trem, faixas de rodovias, estruturas residências que apresentam rachaduras, inclinações, entre outros.
Alagamentos	É realizado a análise dos motivos da ocorrência de alagamento (bueiros entupidos, falta de bueiros, tubulação com vazão insuficiente) e remoção dos moradores.
Desmoronamento	É monitorado estes casos onde é apontado sugestões de intervenção a fim de evitar possíveis desastres, bem como também é realizada uma contenção momentânea nessas áreas.

Árvore com risco	São atendidas inúmeras ocorrências ao longo dos últimos dois anos em relação às árvores as quais apresentam risco aos transeuntes e patrimônios públicos e privados. Defesa Civil Municipal tem autonomia para conceder autorizações de poda e supressão de árvores sem necessariamente obter aval da Secretaria de Meio Ambiente, conforme art. 8º do Código Florestal Brasileiro.
------------------	---

Fonte: Os autores (2023).

Já referente aos objetivos do presente artigo, define-se em forma de método descritivo, onde para Gil (2008), é o mais adequado ao analisar-se ambientes organizacionais, para caracterizar os contextos apontados com possibilidade de melhorias e otimizações, ocorridos dentro do setor de atuação dos estagiários/autores, e quais as formas de correlacionar as problemáticas em soluções viáveis, considerando suas variáveis. Além disso, o presente também se caracteriza como uma pesquisa aplicada, que de acordo com Gil (2022, p. 41), é "voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica".

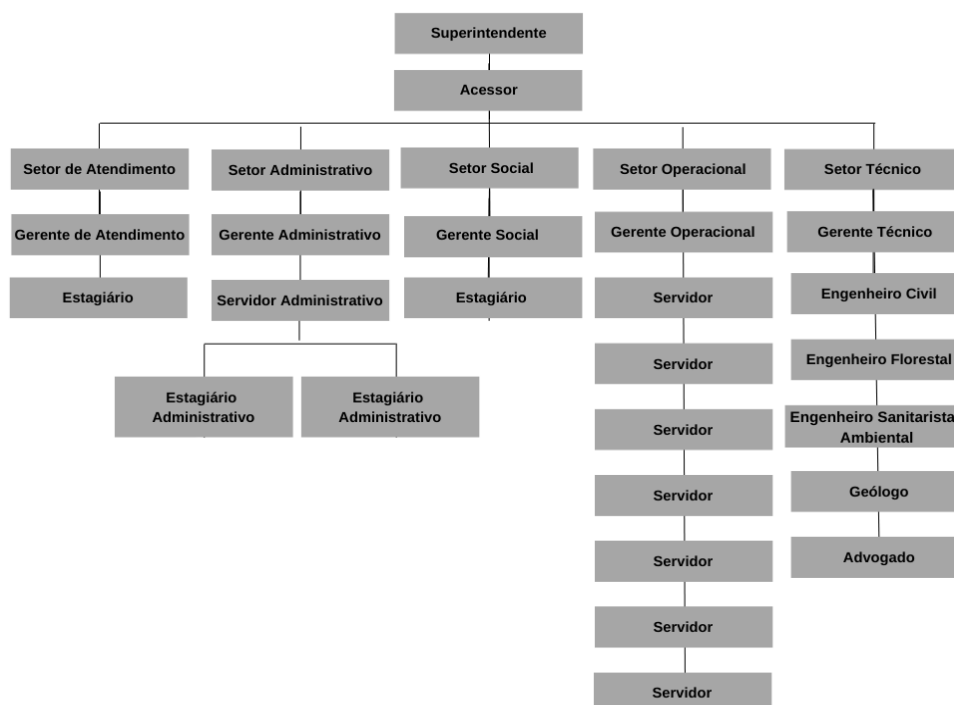
Dessa forma, também por meio da técnica de observação participante realizada pelos autores em uma unidade de trabalho de uma Defesa Civil Municipal, juntamente com a realização da pesquisa bibliográfica por meio de livros acadêmicos das respectivas áreas (planejamento estratégico e sustentabilidade), dissertações e teses acadêmicas, assim como o conjunto de legislações que englobam o setor, foram fundamentais para a compreensão da importância e abrangência dos serviços realizados pelo respectivo setor. Assim, foi possível definir os parâmetros gerais de competências e atuações à diversos casos de situações de risco (palavra-chave para a compreensão de suas atribuições) e apontamento de melhorias

4. RESULTADOS

4.1 Estrutura Organizacional Proposta

Para haver plenas condições e qualidade efetiva nos atendimentos das ocorrências mapeadas, sugere-se que exista uma estrutura organizacional composta por agentes públicos capacitados e conhecimento em diversas áreas específicas no que tange às atribuições legais da Defesa Civil. Dessa forma, baseando-se em um município central do Rio Grande do Sul, que possui uma população de 296.081 habitantes segundo prévia do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, considerada uma cidade de médio porte e com grande influência na região medial do estado, para atender com maestria as suas demandas e atividades internas, foi elaborada a estrutura organizacional proposta apresentada para municípios que se enquadrem nas características geográficas e demográficas analisadas, conforme Figura 2.

Figura 2 - Organograma básico para Defesa Civil.



Fonte: Os autores (2023).

Contudo, considerando que a composição e a referida mão-de-obra qualificada estarão atreladas à um elevado custo na onerosidade, sugere-se que os setores técnicos e sociais sejam formulados em conjunto com os demais departamentos municipais (Secretarias de Desenvolvimento Social e Infraestrutura e Serviços Públicos, respectivamente), a fim de compartilhar os servidores de acordo com as necessidades e urgências nos casos atendidos pela Defesa Civil.

4.2 Setores Propostos

Em sequência ao organograma proposto, sob análise do mapeamento das atividades apontadas, pretende-se nesta seção apresentar as funcionalidades e benefícios para uma Defesa Civil Municipal sobre a organização e atribuições de cada setor, na realização de suas atividades, na gerência de seus recursos, bem como definindo as atribuições e competências de cada parte interna do órgão em foco.

4.2.1 Setor de Atendimento

O presente setor é responsável pelo primeiro contato com o contribuinte - tanto presencial quanto por telefone ou *WhatsApp* - de todas as demandas. Nesta etapa o responsável orienta o usuário sobre como os procedimentos funcionam, realiza a solicitação dos dados necessários, filtra as demandas, realiza o encaminhamento ao setor competente caso a demanda seja pertinente e encerra o atendimento com as orientações ao usuário sobre como o mesmo deve proceder.

Em relação aos benefícios e funcionalidades, a implementação desta função finaliza com a possibilidade de contato direto com servidores (**preservando o princípio da impessoalidade**), uma vez que as demandas só entrem por este canal; agiliza os processos, e

são solicitados todos os dados necessários para dar continuidade ao serviço; diminui retrabalhos; sobre o auxílio de donativos, filtra os recebimentos indevidos, já que antes de repassar a demanda para o setor responsável deve ser analisado dados socioeconômicos e o histórico de atendimentos realizados anteriormente;

4.2.2 Setor Administrativo

O departamento administrativo sugerido é responsável pela gestão de pessoas, emissão de documentos oficiais e relatórios, na gestão de recursos internos e controle organizacional. Também responsável pela gestão de recursos internos, salienta-se que é a atividade que demanda mais interatividade com os demais setores sugeridos, buscando o controle de estoque, solicitação de materiais de expediente, emissão de relatórios dos recursos disponibilizados pelo setor (**defendendo o princípio da publicidade**), e demais necessidades a serem supridas para a realização das atividades e manutenção interna do ambiente.

Dessa forma, o setor administrativo também seria competente pelo controle organizacional, o qual pode-se destacar o alocamento de servidores de acordo com os perfis de profissionais, considerando as variáveis que afetam o volume de ocorrências recebidas pela Defesa Civil, bem como avaliar o desempenho dos serviços e proceder com demais solicitações pertinentes.

4.2.3 Setor Técnico

O setor técnico é fundamental para a Defesa Civil, considerando que o seu trabalho irá pautar as condições reais, bem como também irá condicionar as ações e medidas necessárias para o estabelecimento da normalidade, perpassando sobre as atividades de encaminhamento de demandas para setores competentes, emissão de certidões de ocorrências e notificações, atualização no histórico de ocorrências da região (registradas em sistemas, quando houve), acompanhamento da resolução de demandas, emissão de relatórios, apontamento de soluções para os atendimentos que necessitam da capacidade técnica avaliativa (alagamentos, deslizamentos, estruturas comprometidas, árvores, etc).

Em contrapartida a esta realidade, trata-se de um setor com alto custo para quaisquer municípios, devido a sua mão de obra ser qualificada e necessitar possuir experiência. Neste caso, sugere-se que quando não viável, haja uma relação refinada com setores de Infraestrutura/Obras, para a utilização do corpo técnico compartilhado, de acordo com a emergencialidade das ocorrências (**defendendo o princípio da eficiência**).

4.2.4 Setor Social

O setor social da Defesa Civil, diferente de outros setores que atuam na prevenção de riscos, tem um papel maior no atendimento à população após estes eventos. É o setor mais percebido e próximo à população, que necessita apresentar respostas céleres diante de demandas volumosas.

Em relação às atividades mais importantes deste setor seriam, cadastramento de cidadãos - com a finalidade de registro e não de compromisso, encaminhamento para os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e secretarias responsáveis, emissão de relatórios socioeconômicos que facilitam decisões e respaldam as ações da Defesa Civil (**defendendo o princípio da impessoalidade**), controle de estoque de materiais, iniciação de campanhas e arrecadação para o atendimento de roupas, cobertores e alimentos para a população em situação de emergência e em vulnerabilidade social.

4.2.5 Setor Operacional

Já o setor operacional, trata-se da equipe que faz a linha de frente nos atendimentos aos cidadãos. As atividades exercidas nesse setor dependem exclusivamente do condicionamento e da saúde do servidor, visto que se trata de um serviço braçal relativamente pesado. Além disso, é fundamental que haja treinamentos e simulações a fim de preparar a equipe para todos os tipos de ocorrências que são realizadas, considerando a responsabilidade das atribuições instituídas por lei e da gravidade do não atendimento adequado aos contribuintes (**defendendo o princípio da moralidade**).

4.3 Planos de Ações Propostos

Considerado um importante instrumento da Administração, o Planejamento Estratégico passou a ser utilizado como “uma das principais ferramentas de auxílio aos administradores no desempenho de suas tarefas de tomada de decisão e de condução de organizações, e igualmente como mecanismo útil ao alcance de objetivos desejados”. (ANDRADE, 2016, p. 1). Ademais, foi elaborado em formato esquematizado, padrões eficazes baseados nas 5 fases de ação de uma Defesa Civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), considerando os cenários das ocorrências de maiores índices de atendimentos encontrados durante a elaboração do presente artigo.

Com isso, pretende-se dar plenas condições referente a forma de agir de Defesas Civis Municipais frente às diversificadas variações de ocorrências que fazem parte das suas atribuições constituídas em lei (12.608/12) e desenvolvendo assim, práticas de cidades autossuficientes que possuam um planejamento estratégico fundamentado, como forma de auxiliar e otimizar os serviços realizados junto a população, com transparência e discernimento, conforme os Quadros 7, 8 e 9.

Quadro 7 – Plano de ação para Áreas de Risco.

Áreas de Risco	
Prevenção	Momento no qual deve-se identificar os riscos potenciais, diagnosticar soluções e zelar pela segurança pública, intervindo por meio de ações diretas, sejam por meio de interdições ou realocações habitacionais;
Mitigação	Quando o modelo preventivo não ocorrer com sucesso, deve-se priorizar pelo menor impacto possível – sejam eles sociais, patrimoniais ou ambientais;
Preparação	Etapa na qual ocorre a anormalidade, sem tempo para prevenir ou mitigar, contudo, estar apostos para fornecer apoio à comunidade;
Resposta	Fase onde já ocorreu o desastre e representa as maneiras de ajudar a população atingida;
Recuperação	Momento onde deve-se buscar meios e ações para retornar a estabilidade social e ambiental, com foco na análise das causas e efeitos, na finalidade de evitar novas ocorrências relacionadas à áreas de risco.

Fonte: Os autores (2023).

Área de Risco: Refere-se a locais indevidos que possuem moradia, e na sua grande parte de forma irregular (sem permissão legal), na qual encontra-se dentro do raio de grandes riscos de ocorrências. Porém, para analisar as causas e motivações, é notório que o crescimento populacional, atrelado ao não desenvolvimento econômico do país, faz com que a parcela da sociedade que se encontra em vulnerabilidade social, busque abrigo em torno de terras não habitáveis. Com isso, falta de planejamento habitacional e do desenvolvimento econômico, também fere e interfere nos atendimentos realizados pelas Defesas Cívicas Municipais;

Quadro 8 – Plano de ação para Alagamentos e Deslizamentos.

Alagamentos/Deslizamentos	
Prevenção	Fase que consiste em realizar o mapeamento de locais propícios de desastres, além de monitorar constantemente e realizar estudos para ações corretivas, preservando os aspectos ambientais, sociais e privados;
Mitigação	Intervir por meio de contenções neutras e demais ações que assegurem o mínimo de impacto à sociedade e ao ambiente;
Preparação	Etapa na qual é necessário fornecer apoio direto junto a comunidade, auxiliando na remoção e realocação de desabrigados/desalojados;
Resposta	Após a incidência do desastre, deve-se buscar o retorno de condições mínimas de dignidade aos afetados, seja por meio do fornecimento de alimentos, campanhas de arrecadação de bens pessoais (roupas, material de higiene), entre outros;
Recuperação	Momento no qual é restabelecido o cenário de normalidade, deve-se analisar as causas e efeitos das ocorrências e realizar novas ações de mapeamento e estudos com a finalidade de corrigir a recorrência de desastres.

Fonte: Os autores (2023).

Alagamentos: Sob análise técnica e operacional, encontram-se as causas recorrentes para incidência de alagamentos, sendo elas sociais como por exemplo, o descarte de lixo incorreto, gerando o entupimento de saídas de água. Além disso, nota-se em contrapartida que não há diretamente um trabalho do Governo para mudar o comportamento da sociedade, considerando que o mesmo já possui demandas reprimidas, sendo o caso de infraestruturas desproporcionais de escoamento de água e esgoto e a falta de manutenção/limpeza em bocas de lobo. Com isso, conclui-se que esse tipo de desastre, em sua maior parte de incidência, ocorre não somente por sua naturalidade, mas sim, como consequência das ações humanas e a falta de métodos preventivos e corretivos.

Deslizamentos: Além disso, após o período de precipitação, é comum que haja o movimento natural de massas territoriais. Este por sua vez, é o motivo geral que ocasiona o deslizamento de encostas, gerando altos riscos à segurança pública. Dessa forma, evidencia-se que o impacto sofrido pode ser reduzido, considerando que locais propícios para tais ocorrências não deveriam ser habitados, e por isso, reflete na falta de planejamento e da fiscalização municipal.

Quadro 9 – Plano de ação para Árvores de Risco.

Árvores de Risco	
Prevenção	Criação da educação ambiental consciente, com o intuito de evitar tipos de árvores em locais indevidos que futuramente possam ocasionar desastres;
Mitigação	Considerando o Código Florestal, art. 8º: Defesas Civis podem intervir sem autorização de órgão ambiental para atividades de segurança caracterizadas como preventivas ou de mitigação – com as ações necessárias a fim de evitar desastres em potencial;
Preparação	Etapa que se deve acionar os órgãos ambientais competentes para análise técnica de possíveis danos;
Resposta	Momento onde deve haver um processo de retroatividade, verificando ações que poderiam ter evitado tal ocorrência e transparecer as responsabilidades pela situação aos envolvidos;
Recuperação	Oportunidade de ser continuidade da ação Preventiva, a fim de repor ao ambiente aquilo que lhe pertence e dando a devida importância, através da criação de uma nova cultura social acerca do assunto.

Fonte: Os autores (2023).

Árvores de Risco: O desmatamento também é fator de geração das próprias ocorrências, visto que as árvores possuem uma função natural na qual absorve a água da chuva, reduzindo a erosão sofrida pelo solo. No entanto, deve-se analisar com cautela a espécie adequada para cada tipo de terra e clima, além de realizar o planejamento adequado para o plantio, verificando os possíveis raios de impacto e do acompanhamento após ventanias e vendavais, que comprometem a saúde dos indivíduos arbóreos, colocando em risco a segurança da sociedade, do ambiente e do patrimônio público e privado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar ambientalmente uma Defesa Civil Municipal e apresentar os meios de participação da mesma frente às questões de sustentabilidade em todos os âmbitos, pautando-se na aplicação de técnicas da Administração, com a finalidade de otimizar a área da gestão pública, voltadas diretamente para o interesse coletivo da população de acordo com suas necessidades e demandas, por meio de uma análise estratégica, objetivando a participação direta e ativa da Defesa Civil no caminho do desenvolvimento sustentável.

Com isso, foi possível desenvolver a sugestão de participação ativa da Defesa Civil Municipal no desenvolvimento sustentável de acordo com cada variável de seus atendimentos, considerando as atribuições concedidas em lei, de acordo com as competências e capacidades de cada área e a importância da interligação com demais setores municipais responsáveis pela execução de serviços.

Além disso, foi possível realizar também a estruturação organizacional através da sugestão da criação dos setores que compõem o referido órgão, considerando as áreas de atuação, incluindo os princípios da administração pública, uma vez que cada processo deve ser atribuído de acordo com as competências e capacidades de cada área na participação.

Dessa forma, àqueles setores de Defesa Civil Municipal os quais possuem características semelhantes ou proporcionais com o município em questão analisado, e tiverem interesse, sugere-se realizar a aplicação das formas de trabalho apresentadas neste artigo. Considerando a realização das adaptações necessárias dos processos de acordo com a realidade

local e de mão-de-obra disponível, a fim de realizar testes de aceitação, bem como, apresentar os resultados para fins de transparência pública.

Portanto, destaca-se a relevância do presente estudo para os gestores acerca do assunto, tendo em vista as legislações que norteiam os aspectos legais a serem desempenhados e utilizados de forma correta. Assim como, também se destaca a importância das informações apresentadas no estudo, as quais podem ser utilizadas como *insights* para a elaboração de planos estratégicos individuais de cada órgão municipal de Defesa Civil.

Por fim, destaca-se a importância das relações de caráter colaborativo, visando o crescimento mútuo entre acadêmicos e organizações públicas, possibilitando o aperfeiçoamento e a otimização dos processos e da forma de execução do trabalho através de métodos profissionais, que servem como ferramenta de apoio para o gerenciamento organizacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Arnaldo Rosa D. **Planejamento Estratégico - formulação, implementação e controle**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

BRASIL, **Lei N°12.608, de 10 de abril de 2012**. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

BRASIL, **Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abril. 1999. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 01 de outubro de 2023.

CASA MILITAR DEFESA CIVIL RS. Defesa Civil RS. **História**. Disponível em: <<https://www.defesacivil.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 16 set. 2023.

COSTA, Eduardo; FERREZIN, Nataly B. **ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: O tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas**. São Paulo: Revista Alterjor, 2021.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010.

DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Defesa Civil RJ. **Histórico e evolução da defesa civil do Brasil**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA. Defesa Civil SC. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.defesacivil.sc.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

DUTRA, Joel S. **Gestão de pessoas em empresas e organizações públicas**. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. In: **The triple bottom line**. Routledge, 2013. p. 1-16.

FIGUEIRA, Inês et al. **Sustainability policies and practices in public sector organisations: The case of the Portuguese Central Public Administration**. Journal of Cleaner Production, v. 202, p. 616-630, 2018.

GARCÍA-SÁNCHEZ, Isabel-María; FRÍAS-ACEITUNO, José-Valeriano; RODRÍGUEZ-DOMÍNGUEZ, Luis. **Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments**. Journal of Cleaner Production, v. 39, p. 60-72, 2013.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7 ed. Barueri: Grupo GEN, 2022.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE. Cidades IBGE. **População**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>>. Acesso em: 15 set 2023.

LIMA, Meline M. et al. **A quarta revolução industrial sob o tripé da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Semioses, 2019.

LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

NASCIMENTO, Edson R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

OLIVEIRA, Sonia Valle W. et al. **Sustentabilidade: princípios e estratégias**. Barueri: Editora Manole, 2019.

ONU. ONU News. **Perspectiva Global Reportagens Humanas**. Disponível em:<<https://news.un.org/pt/story/2023/05/1814597>>. Acesso em: 02 out 2023.

PEREIRA, Adriana C. et al. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

PHILIPPI., Arlindo JR.; BRUNA, Gilda C. **Gestão urbana e sustentabilidade**. Barueri: Editora Manole, 2019.

SILVA, Keshara De; YAPA, Prem W. Senarath; VESTY, Gillian. **The impact of accountability mechanisms on public sector environmental sustainability performance: a case study of Sri Lanka**. Australasian Accounting, Business and Finance Journal, v. 14, n. 3, p. 38-55, 2020.

STEIN, Ronei T. et al. **Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Grupo A, 2020.